

## A VERTENTE TEÓRICA DOS LETRAMENTOS ACADÊMICOS NO ÂMBITO DOS NOVOS ESTUDOS DO LETRAMENTO

Eliane Feitoza Oliveira \*

**Resumo:** Este artigo, de base bibliográfica e inserido no campo de estudos da Linguística Aplicada, tem por objetivo situar a vertente teórica dos Letramentos Acadêmicos no âmbito da área dos Novos Estudos do Letramento, a fim de demonstrar que não se tratam de áreas distintas. Para atingir o objetivo proposto, tomamos como foco central da discussão os pressupostos teóricos do grupo de pesquisadores que integram essa área de pesquisa e investigam as práticas de escrita do contexto acadêmico. A partir da discussão proposta, percebe-se que a vertente teórica dos Letramentos Acadêmicos surgiu dos interesses de pesquisa dos Novos Estudos do Letramento.

**Palavras-chave:** Letramento. Novos Estudos do Letramento. Letramentos Acadêmicos.

### THE THEORETICAL DIMENSION OF THE ACADEMIC LITERACIES IN THE SPHERE OF THE NEW LITERACY STUDIES

**Abstract:** This bibliography-based article, fitting into the field of Applied Linguistic Studies, aims at placing the theoretical dimension of the Academic Literacies in the area sphere of the New Studies on Literacy, in order to show that they are not distinctive areas. In order to achieve this proposed objective, we take as central focus of discussion the theoretical assumption of the group of researchers who integrate this research area and investigate the academic-context writing practices. From the proposed discussion, it is noticed that the theoretical dimension of the Academic Literacies came out of the research interests of the New Studies on Literacy.

**Keywords:** Literacy. New Literacy Studies. Academic Literacies.

### Introdução

Em algumas discussões – das quais esta pesquisadora participou em simpósios, congressos, seminários e grupos de pesquisa – sobre a escrita de universitários, foi observada uma tendência em entender a vertente teórica dos Letramentos Acadêmicos como uma área de estudos independente dos Novos Estudos do Letramento (NLS<sup>1</sup>). Em virtude dessa tendência e do fato de que, no Brasil, aumentou o número de pesquisas que tematizam a forma com que universitários lidam com a leitura e a produção de gêneros acadêmicos, julgamos necessário situar essa vertente teórica no âmbito da área dos NLS, sendo esse o nosso objetivo neste artigo. Acreditamos que este artigo, por fazer um breve percurso histórico e contextual do desenvolvimento dos NLS e da vertente teórica dos Letramentos acadêmicos, pode vir a contribuir com futuras pesquisas sobre as práticas escriturais do contexto acadêmico.

Tendo em vista que os NLS consideram o letramento como um fenômeno de

natureza social, bem como reconhecem que os usos que as pessoas fazem da leitura e da escrita são situados e influenciados pelas condições locais e culturais das comunidades nas quais essas duas práticas se inscrevem, o que leva a existência de múltiplos letramentos, inclusive o letramento acadêmico, acreditamos ser válido discutir, em um primeiro momento, o que se entende por letramento, à luz da perspectiva dessa área e das considerações de Terzi (2005; 2006), que, além de compreender o letramento como prática social, também o concebe como a relação que as pessoas estabelecem com a leitura e a escrita<sup>2</sup> – concepção também defendida por nós neste artigo.

Em seguida, traçamos um percurso histórico, a fim de verificar como surgiram os NLS, quais são as pesquisas seminais que deram origem a esta área de estudos e quais são seus principais pressupostos teóricos, para, então, situarmos a vertente teórica dos Letramentos Acadêmicos no âmbito dessa área de estudos, a fim de verificarmos que não se trata de áreas de estudo distintas.

### **Letramento como a relação de uso que as pessoas estabelecem com a escrita**

No cenário brasileiro de pesquisa sobre os letramentos, é possível observar que não há um conceito único para o termo. Soares (1998), por exemplo, define o termo como estado ou condição que assume a pessoa que aprende a ler e a escrever, de modo que, na voz da autora, a pessoa ou o grupo social que desenvolvem essas habilidades e passa a usar a escrita muda de estado ou condição sob várias perspectivas: social, cultural, cognitiva etc. Ainda no bojo do conceito proposto por Soares (1998), fica implícita a ideia de que ser alfabetizado, adquirir a tecnologia da escrita, é diferente de se apropriar da escrita a ponto de usá-la socialmente.

Já para Kleiman (1995), a partir de seu contato com as pesquisas desenvolvidas por Scribner e Cole (1981), o letramento é “[...] um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para fins específicos.” (SCRIBNER; COLE, *apud* KLEIMAN, 1995, p. 19). Nesse sentido, é válido dizer que a autora relaciona o letramento às inúmeras possibilidades de uso da escrita, em decorrência das diversas práticas sociais que usam essa modalidade da língua

em contextos e com objetivos específicos, sendo possível afirmar estarmos diante de um fenômeno complexo que, por sua vez, ultrapassa o âmbito escolar, o que permite, além do letramento escolar, falar de outros tipos de letramentos (familiar, acadêmico, religioso, profissional etc.).

Assim, apesar de não haver uma definição única para o termo no cenário de pesquisa brasileiro, há entre os teóricos que pesquisam o fenômeno o consenso de que não se pode falar de letramento sem considerar a escrita e seu uso cultural. Porém, Terzi (2005; 2006; TERZI; PONTES, 2006), ao estudar as consequências da escrita na vida de comunidades do interior nordestino brasileiro, assevera que o letramento não envolve apenas o uso cultural da escrita, mas também a relação que as pessoas e as comunidades estabelecem com essa modalidade da língua. Essa relação é construída através da familiarização das pessoas com práticas de letramento, ou seja, com práticas sociais que têm um texto escrito como elemento constitutivo (TERZI; PONTES, 2006).

A relação das pessoas ou comunidades com a escrita é influenciada por alguns fatores, segundo Terzi (2005), a saber: pelo uso amplo ou restrito que as pessoas fazem da escrita em situações sociais variadas; pelo conhecimento que elas têm sobre essas situações; pelas relações de poder que envolvem o uso social da escrita; e pelo valor que uma dada comunidade atribui a essa modalidade da língua. Além desses fatores, a relação maior ou menor que as pessoas estabelecem com a escrita depende também “[...] do interesse dos governantes na educação do povo, das condições econômicas que permitem que crianças e adultos frequentem a escola, da valorização da escolarização pela comunidade, do acesso a bibliotecas [...]” (TERZI; PONTES, 2006, p. 667), bem como a materiais impressos diversos.

Na visão de Terzi (2005), o letramento define-se como um fenômeno social, influenciado pelas condições locais, relativas aos aspectos socioeconômicos, históricos, culturais, políticos e educacionais, sendo que cada comunidade apresenta diferentes padrões ou níveis de letramento, bem como os seus membros. Nesse sentido, vale ressaltar que o letramento apresenta duas dimensões: uma dimensão social – em decorrência dos fatores e convenções sociais que regulam o uso da escrita em determinada comunidade discursiva, ou dada esfera da atividade humana, o que faz do

letramento um conjunto de práticas sociais –; e uma dimensão individual, em virtude da história e das experiências de vida de cada indivíduo que pertence à comunidade, o que também determina o tipo de relação que as pessoas vão estabelecer com a escrita.

Assim, nesta pesquisa, entendemos o letramento segundo a ótica dos NLS, um conjunto de práticas sociais, e conforme as postulações de Terzi (2005; 2006) e Terzi e Pontes (2006), pois, além das autoras conceberem o letramento como prática social, justamente por estarem filiadas às postulações dos NLS, também o entendem como a relação que as pessoas e as comunidades estabelecem com a escrita, e não apenas como o uso cultural que fazem dela. As duas concepções – que, em nossa visão, não são divergentes, mas, sim, complementares, visto ambas enfatizarem o caráter social e individual do letramento, e não apenas o uso cultural – implicam reconhecer que cada indivíduo ou grupo social, independentemente do grau de letramento, possui algum tipo de conhecimento sobre a escrita e seu uso em práticas sociais específicas, visto que as pessoas, conforme aponta Terzi (2006), sabem reconhecer a função de alguns gêneros mesmo sem terem desenvolvidos as habilidades da leitura e da escrita.

Os autores asseveram que:

[...] se considerarmos o letramento apenas como uso cultural da escrita, teremos que considerar como não letradas todas as pessoas que, por serem analfabetas, não a utilizam de maneira independente. Entretanto, essas pessoas podem apresentar uma relação diferente com a escrita, por exemplo, por conhecer algumas de suas funções. É o caso dos analfabetos que ditam cartas aos escribas. Embora não saibam redigir as cartas, eles conhecem sua função e, muitas vezes, sua estrutura textual. Aqueles que residem em grandes centros urbanos, embora não saibam ler, conhecem a função da escrita presente nos veículos de transporte coletivo, a função das placas identificativas e orientadoras de locais. Não leem e não escrevem, mas já têm algum conhecimento da função social da escrita e, por isso, não podem ser considerados basicamente não letrados. (TERZI E PONTES, 2006, p. 667).

Neste artigo, ao nos aliarmos às considerações de Terzi e, por conseguinte, à concepção de letramento oriunda dos NLS, intentamos enfatizar que ver o letramento apenas a partir das habilidades de ler e escrever, adquiridas especialmente pelo letramento escolar, pode reforçar dicotomias

arraigadas em nossa sociedade e em alguns estudos que tematizam o letramento, tais como: alfabetizados X analfabetos; letrados X iletrados; pré-letrados X pós-letrados. Essas dicotomias tendem a marginalizar as pessoas que ainda não adquiriram a tecnologia da escrita no contexto escolar ou aquelas que, mesmo tendo adquirido a tecnologia da escrita na escola, foram submetidas a um modelo de letramento que não contempla as práticas sociais de uso da escrita, ou seja, outros tipos de letramentos que existem fora da escola e que não são contemplados por ela.

Problematizar a forma com que os alunos se engajam nas práticas escriturais típicas do ensino superior, à luz do conceito de letramento como a relação de uso que um indivíduo ou uma comunidade estabelece com a escrita (TERZI, 2005; 2006) e como prática social, faz com que não adotemos, nesta pesquisa, o discurso da crise, no que concerne às dicotomias expostas acima. Reconhecemos, neste trabalho, que os alunos que ingressam no contexto acadêmico/universitário, diferentemente do que apontam alguns professores universitários, concluindo que os alunos precisam ser alfabetizados no ensino superior<sup>3</sup> são pessoas letradas. Esses alunos, em nossa visão, trazem para esse contexto concepções de escrita construídas não apenas na escola, mas em outros contextos (familiar, religioso, profissional, etc.). Porém, nem sempre essas concepções são suficientes para que eles se engajem de modo imediato nas práticas letradas do domínio acadêmico, visto que precisam de tempo e ensino para se familiarizar com elas, ou seja, com os gêneros orais e escritos típicos desse contexto, que se apresentam para eles como novos, já que não tiveram acesso a eles em níveis anteriores de escolarização.

Outro agravante para que os alunos levem tempo para se engajar nas práticas escriturais da universidade é o fato terem sido submetidos, ao longo de sua trajetória pregressa de letramento, a um modelo de letramento que não considera a escrita como prática social e que, portanto, não garante ao menos o domínio linguístico da língua. Tenha-se, como base, as aulas de nivelamento, ou melhor, as aulas de reforço oferecidas pelas universidades privadas aos alunos, que, no início da graduação, apresentam dificuldades com o uso da modalidade padrão da língua.

Assim, tendo definido o que entendemos por letramento neste artigo, na próxima seção, passamos à discussão de alguns conceitos que balizam a área dos NLS.

### **Os Estudos do Letramento e os Novos Estudos do Letramento**

As décadas de 1960 e de 1970, no que diz respeito aos estudos relacionados à escrita, foram marcadas por investigações científicas que se propuseram a observar quais eram as características da língua oral e da língua escrita, a partir de uma visão dicotômica, a fim de investigar os impactos causados pela introdução da escrita em sociedades de tradição oral e comprovar o argumento de que uma cultura é intelectualmente superior a outra por ter adquirido a tecnologia da escrita (STREET, 1984).

Em outras palavras, as teorias que surgiram dessas investigações científicas, realizadas nas áreas da psicologia e as quais pertencem ao conjunto de trabalhos que, segundo Street (1984), convencionou-se chamar de a Grande Divisa entre oralidade e escrita, procuraram postular que havia diferenças cognitivas entre as pessoas e as sociedades que utilizavam a escrita como principal meio de comunicação e àquelas cuja comunicação se restringia à comunicação oral.

Dentre as investigações que seguiam essa vertente epistemológica, Street (1984) destaca os trabalhos de Havelock (1963), Goody (1968), Greenfield e Hyldyard (1972) e Olson (1978). Esses teóricos, que pertencem à corrente epistemológica da Grande Divisa, entendem que a aquisição da escrita resulta em consequências do uso da linguagem escrita, no sentido de permitir um nível maior de abstração em oposição à linguagem oral, dependente do contexto social; resulta também no desenvolvimento de processos de raciocínio mais complexos, traçando uma oposição entre pensamento lógico/científico e pré-lógico, bem como entre história e mito. Além disso, esses estudiosos acreditavam que o letramento levava ao desenvolvimento econômico e ascensão social das sociedades e dos indivíduos que o adquirisse. Em outras palavras, essa corrente teórica marginaliza as sociedades de tradição oral, a fim de enfatizar a supremacia cognitiva dos indivíduos e sociedades que usam a escrita.

Street (1984), ao proceder sua crítica aos trabalhos desenvolvidos pelos teóricos da Grande Divisa, ressalta que, neles, a escrita é tida como neutra, pois independe dos processos social-histórico-culturais que condicionam os usos que os indivíduos fazem dela em contextos sociais variados. Sendo assim, Street rejeita as ideias que postulam um grande fosso entre oralidade e escrita, por entender que essas duas modalidades da língua, apesar de ocorrerem em contextos específicos e servirem também para fins específicos de comunicação, interpenetram-se em outros contextos sociais.

Além disso, o autor enquadra essas pesquisas naquilo que chama de Modelo Autônomo de Letramento, justamente por ver o letramento como habilidade meramente técnica, e propõe o Modelo Ideológico de Letramento, que leva em consideração os aspectos sociais, históricos que influenciam o uso da escrita, de modo que os significados que a escrita tem para determinado grupo social são dependentes dos contextos e instituições em que essa modalidade da língua foi adquirida (KLEIMAN, 1995).

Na visão de Street (1984), o modelo de letramento adotado para escolarização dos indivíduos é o autônomo, visto que enfatiza sobremaneira o texto escrito, considerando-o como uma forma autônoma. Nessa perspectiva, a escrita é entendida como produto completo em si mesmo, cujos significados independem de fatores contextuais de produção. Sendo assim, o funcionamento lógico da escrita e os modos como as palavras se articulam em frases, períodos e parágrafos são vistos como aspectos suficientes para que os sujeitos participantes desse processo e interpretem o texto escrito. Em outras palavras, o modelo autônomo parte do pressuposto de que “[...] o letramento ocorre por meio da linguagem fora de contexto, do discurso autônomo e do pensamento analítico.” (STREET, 1995, p. 154).

Ainda no que diz respeito a esse modelo, ele pressupõe que a escrita, de forma autônoma e independente dos fatores sociais que condicionam seu uso, terá efeitos sobre outras práticas sociais e cognitivas, tais como o desenvolvimento cognitivo – no qual as capacidades de ler e escrever estão situadas em cada pessoa – a ascensão social e o desenvolvimento econômico (TERZI, 2006; STREET, 2003). Na sala de aula, define-se esse modelo como a capacidade de ler e escrever, em que ler significa ser capaz de decodificar as palavras e escrever ser capaz de codificar a língua dentro de uma forma visual,

o texto (GEE, 1996). Entendemos, bem como Rojo (2004), que essas capacidades abrem as portas para o mundo da leitura e da escrita, “[...] mas que absolutamente não esgotam as capacidades envolvidas no ato de ler.” (ROJO, 2004, p. 03) e de escrever.

Já o modelo ideológico, segundo Street (1984), concentra-se nas práticas específicas de leitura e escrita, pois esse modelo enfatiza a importância do processo de socialização na construção do significado do letramento para os participantes e, por isso, considera as instituições sociais, além da escola, como espaços em que esse processo também tem lugar. Dentro desse modelo, os impactos do letramento são analisados a partir de seu significado real para grupos sociais específicos, além de não reforçar a dicotomia, apregoadada pelos teóricos da Grande Divisa, entre as modalidades oral e escrita de uso da língua.

Com base nas considerações de Street (1984; 1995; 2003), o modelo ideológico concebe o letramento como uma prática social, e não como uma habilidade técnica ou neutra. Assim, o letramento não se desvincula do contexto cultural e social no qual é construído, bem como do significado atribuído à escrita pelas pessoas e das relações de poder que regem os seus usos, de modo que a junção desses fatores resulta em letramentos múltiplos, que variam de comunidade para comunidade, por conta das condições socioeconômicas, culturais e políticas que as influenciam (TERZI, 2006; STREET, 2003).

Para se contrapor aos estudos desenvolvidos pelos teóricos da Grande Divisa – que, segundo Street (1984), além de evidenciarem as consequências cognitivas do letramento, dentro de uma visão dicotômica, consideram a escrita como independente dos processos sócio-históricos que condicionam as relações que construímos com os outros por meio da escrita – surge o que o autor e Gee (1996) denominam de Novos Estudos do Letramento. Essa área inaugurou uma nova maneira de compreender o letramento: variável dependente dos contextos sociais nos quais a língua escrita se inscreve, ou seja, essa área entende o letramento como prática social.

No que diz respeito aos interesses de pesquisa, a área dos NLS concentrou-se, inicialmente, em investigações dos usos culturais que comunidades, sociedades e grupos sociais faziam da escrita, a partir da



observação do cotidiano dos indivíduos e das relações que estabeleciam com a escrita. As três pesquisas que colaboraram, inicialmente, para o desenvolvimento da área, a partir da visão sociocultural da escrita, foram a de Scribner e Cole (1981), Heath (1983), Street (1984), seguidas das pesquisas de Barton (1994), Gee (1996), Barton e Hamilton (2000).

### **Pesquisas seminais dos NLS e seus principais pressupostos teóricos**

A pesquisa de Scribner e Cole (1981) foi de grande importância para a área dos Novos Estudos do Letramento, pois foram os primeiros a formularem a concepção de letramento como prática social, a partir da observação de como os membros de algumas comunidades da Cultura *Vai*<sup>4</sup>, na Libéria, mantinham contato com três tipos diferentes de escrita (*vai*, inglesa e árabe). Esses três tipos de escrita serviam para atender diferentes necessidades cotidianas (escrita de correspondência e transações comerciais, realização das tarefas escolares, leitura de textos religiosos). A partir desse estudo, os autores concluíram que as consequências do letramento só podem ser encontradas, e posteriormente analisadas, nas práticas sociais em que comunidades, grupos sociais e indivíduos fazem uso da escrita – constatação que acarretou na compreensão do letramento como prática social.

Já Heath (1983), em sua pesquisa etnográfica, descreve as diferentes práticas de letramento de três comunidades americanas (*Maintown, Road-ville e Trackton*). A autora procura demonstrar que, em algumas comunidades, os usos da escrita valorizados em casa e a forma como as crianças aprendem a ler e a escrever podem ser parecidas com as da escola, ao passo que, em outras, os usos da escola podem ser diferentes das práticas do lar e da comunidade. Para realizar sua pesquisa, Heath tomou como fonte de análise, os eventos de letramento dessas comunidades, conceito que se tornou uma das principais bases de investigação e análise dos NLS.

A autora (1983) definiu o termo como “[...] qualquer situação na qual o texto escrito é parte constitutiva da natureza das interações dos participantes e de seus processos interpretativos.” (HEATH, 1983, p. 50). Para ela, os eventos de letramento representam ocasiões concretas nas quais a língua escrita medeia as interações e os processos interpretativos dos participantes. Barton

(1994), partindo do pressuposto de que, para compreender o letramento, é importante observar e analisar episódios específicos onde a leitura e a escrita são utilizadas, define os eventos de letramento como “[...] qualquer atividade que envolva a palavra escrita.” (BARTON, 1994, p. 36). Ou seja, para os dois teóricos, os eventos de letramento são atividades que convocam a presença da escrita.

O conceito de eventos de letramento presente no estudo de Heath serviu de base para Street (1995) elaborar a noção de práticas de letramento e estabelecer as devidas relações entre os dois conceitos. Essa noção, tida pelo autor como modos culturais de utilizar a escrita, possui um caráter abstrato, uma vez que as práticas de letramento não podem ser totalmente observadas em atividades nas quais o texto escrito é parte constitutiva das interações entre os sujeitos, pois envolvem todo o significado que é atribuído pelos participantes e pela instituição à atividade ou à tarefa de leitura e escrita em contexto interacional específico. Desse modo, segundo Street (1995), é do fato de as práticas não poderem ser totalmente observadas que advém a relação dessa noção com o conceito de eventos de letramento – episódios observáveis, que emergem das e são moldados pelas práticas de letramento.

Em virtude de os eventos de letramento surgirem das práticas sociais de leitura e escrita e serem moldados por elas, Barton e Hamilton (2000) destacam que muitos eventos apresentam aspectos regulares, ao passo que outros são condicionados pelos procedimentos e expectativas das agências de letramento, como o local de trabalho, a igreja, a escola, a universidade, etc. Nas vozes de Street e Lefstein (2007), a repetição dos eventos, ao longo do tempo, se transforma em uma prática, de modo que para essa transição ser observada faz-se necessário que os eventos sejam descritos sistematicamente através de seus componentes imediatos, a saber: contexto da interação, participantes, textos e recursos materiais utilizados, ações dos participantes durante o evento, sequências, etc. Assim, acredita-se que é possível analisar uma prática de letramento a partir da observação de eventos de letramento. Em nossa visão, os significados que são atribuídos aos eventos constituem a prática, sendo que é por isso que os eventos de letramento surgem das práticas e são moldados por elas.

Street, com a publicação do livro *Literacy in Theory and Practice*, em 1984, explicita a ideia do letramento a partir de seu caráter social e cultural. Nesse trabalho, o autor não só expõe as características do modelo autônomo de letramento, mas também concebe o modelo ideológico de letramento – conforme descritos na seção anterior – tomando, como unidade de análise, as práticas de letramento influenciadas pelos modos socioculturais com as quais os indivíduos, comunidades, sociedades interagem e fazem uso da escrita.

Ao expor o caráter social do letramento, Street (1984; 1995; 2003) chama a atenção para a existência de múltiplos letramentos, não só por conta das diferentes práticas sociais que utilizam a escrita, mas em virtude dos avanços tecnológicos e das mudanças nos arranjos sociais, que exigem dos indivíduos, além das competências orais e letradas, habilidades para lidar com outros modos de representação que coadunam as linguagens verbal, visual, gestual, entre outras. Para Barton e Hamilton (2000), na esteira de Street (1995), os significados do letramento apresentam propósitos sociais e culturais diversos, de modo que as práticas de letramento fazem parte de um universo social mais amplo, o que acarreta também a amplitude do conceito, categorizado a partir de seis proposições:

1. o letramento é mais bem entendido como um conjunto de práticas sociais que podem ser inferidas nos eventos que são mediados por textos escritos;
2. existem diferentes letramentos associados a diferentes domínios da vida;
3. as práticas de letramento são moldadas pelas instituições sociais e relações de poder, de modo que algumas práticas de letramento são mais dominantes, visíveis e influentes que as outras;
4. as práticas de letramento são propositais e imersas em metas sociais e práticas culturais amplas;
5. o letramento é historicamente situado;
6. as práticas de letramento mudam e novas práticas são, frequentemente, adquiridas/acionadas por meio de processos informais de aprendizagem e de criação de sentido. (BARTON; HAMILTON, 2000, p. 8).

Essas seis proposições revelam, em nossa visão, a relação intrínseca entre as atividades que envolvem a língua escrita e as instâncias sociais. Desse modo, por dependerem também de fatores individuais, como da relação que as pessoas estabelecem com a escrita e da história de letramento de cada

pessoa que, por sua vez, influencia na aprendizagem do letramento em contextos informais e formais, as práticas são passíveis de mudança, são fluidas, pois variam conforme o contexto. Além disso, a orientação individual de letramento traz, em seu bojo, formas particulares de se produzir sentido que nem sempre são aceitas em determinada esfera ou comunidade discursiva.

Assim, as práticas estão incluídas nas visões de mundo partilhadas que, por sua vez, estão presentes nas ideologias e nas identidades sociais que as pessoas precisam assumir, acionar, ou até mesmo aprender, para interagir nas instituições, comunidades discursivas ou grupos sociais dos quais fazem ou pretendem fazer parte, o que convoca outra noção importante para a área dos NLS: a noção de Discurso – entendida, de forma sumária, como um conjunto de competências convencionadas que devem ser assumidas com o intuito de que o indivíduo possa desempenhar determinada identidade social e cultural em contexto específico (GEE, 1996). Vale ressaltar que Gee, ao utilizar a palavra Discurso com a letra inicial maiúscula, refere-se a linguagem em uso.

Gee (1996), ao definir a noção de Discurso, não estava, especificamente, pensando no contexto acadêmico, mas, sim, na elaboração de um conceito geral que pode ser aplicado aos diferentes contextos sociais aos quais as pessoas tentam inserir-se e serem reconhecidas como membros legítimos. A partir dessa noção de Discurso, entendemos o Discurso Acadêmico como um modo de usar a língua que é próprio da esfera acadêmica. Ou seja, o Discurso Acadêmico é constituído, entre outros aspectos, de gêneros, que têm finalidades definidas, concepções de autoria e destinatários específicos.

Com base no exposto, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da área NLS estabeleceram os pressupostos teóricos que servem ao propósito de analisar, de uma perspectiva social e cultural: os modos como as pessoas lidam com as demandas de escrita em diferentes contextos, quais os significados que o letramento têm para as elas, as relações de poder que estão no bojo dos usos que fazem da escrita, os modelos de letramento prevalentes em determinados contextos sociais, bem como os letramentos que estão em concorrência nesses contextos, entre outros aspectos.

## **A vertente teórica dos Letramentos Acadêmicos e os NLS**

O interesse por parte de alguns pesquisadores de investigar os Letramentos Acadêmicos surgiu no âmbito da área dos NLS, justamente por essa área de pesquisa compreender o letramento como um conjunto de práticas sociais situadas, reconhecer a pluralidade dos letramentos e compreender que, no bojo das práticas escriturais, subjazem questões de cunho epistemológico, relações de poder e, entre outras coisas, a emergência de conflitos identitários. Assim, no âmbito dos NLS, surgiram os estudos que focalizam o contexto acadêmico/universitário, o que faz dessas pesquisas, em nossa visão, uma vertente teórica dos NLS, denominada de Letramentos Acadêmicos.

O interesse em estudar os letramentos que são próprios do domínio acadêmico surge em virtude da expansão do ensino superior em âmbito mundial, visto que essa expansão colocou em evidência as práticas escriturais desse contexto e as formas com as quais os alunos lidam com essas práticas (FIAD, 2013). Assim, essa expansão fez surgir, inicialmente, duas áreas de pesquisa, segundo Russell *et al* (2009): Escrita através do currículo – que teve sua origem na década de 1970, nos Estados Unidos – e Letramentos Acadêmicos – vertente de pesquisa que surgiu em meados da década de 1990, no Reino Unido.

A primeira corrente teórica de investigação das práticas escriturais do domínio acadêmico focaliza, conforme Rose *et al* (2003), as estratégias de leitura e escrita necessárias para a produção de gêneros acadêmicos, a fim de que os alunos passem a produzir textos que possam ser reconhecidos como acadêmicos a partir do conhecimento dessas estratégias. A segunda vertente teórica, a dos Letramentos Acadêmicos focaliza o ensino e a aprendizagem da escrita em relação ao contexto social, às exigências disciplinares e institucionais, às relações de poder que são instituídas no processo de ensino e aprendizagem, entre outros aspectos (LEA; STREET, 1998; IVANIC, 1998). Nessa vertente de pesquisa, Ivanic (1998) destaca que as práticas escriturais são entendidas como socialmente estruturadas, porém, segundo a autora, são passíveis de serem contestadas e até modificadas em prol da inserção dos alunos no domínio acadêmico.

É válido dizer que, para alguns professores, os alunos precisam adquirir os valores e as convenções do Discurso Acadêmico, historicamente associado aos valores e interesses da classe hegemônica, a fim de se inserirem nas práticas escriturais da universidade, conforme aponta Canagarajah (1999). Nesse processo de inserção, o problema reside, entre outras coisas, no fato de os professores esperarem que os textos dos alunos estejam em perfeita conformidade com as convenções textuais do Discurso Acadêmico.

Esse tipo de expectativa tem, no mínimo, duas implicações, a saber: faz com que os docentes considerem as influências dos Discursos pregressos dos estudantes, refletidos nos textos, como interferência – e não como algo passível de reflexão, no sentido de buscar estratégias para que possam ser acomodados os múltiplos Discursos que se confrontam na academia; e, além disso, faz com que os alunos vivenciem alguns conflitos ao terem de se engajar em uma atividade comunicativa na qual precisam assumir uma identidade e subjetividade constituída pelo Discurso Acadêmico, ao mesmo tempo em que recorrem a outras identidades e valores adquiridos em outros discursos (CANAGARAJAH, 1999).

Assim, alguns autores que integram a vertente teórica dos Letramentos Acadêmicos (LEA; STREET, 1998; JONES; TURNER; STREET, 1999) atentam para o fato de que não são apenas as habilidades de leitura e escrita que estão envolvidas no processo de aprendizagem no ensino superior, bem como no sucesso do aluno nessa esfera, mas também questões de cunho epistemológico – o que conta como conhecimento e quem tem autoridade sobre ele; de identidade – relação entre as formas de escrita e a constituição do sujeito e da agência de letramento; e de poder – como posições parciais e ideológicas são apresentadas como neutras e como dadas através das exigências da escrita acadêmica e processos avaliativos.

A partir dessas reflexões e a fim de atenuar os problemas que os alunos enfrentam ao ingressarem na universidade, alguns autores da área propõem um modelo de ensino superior que contemple a história de letramento dos alunos. Ou seja, ao invés de o ensino de nível superior apresentar a academia como uma entidade homogênea e unificada, na qual os alunos devem acessá-la por meio das suas formas de escrita já consagradas, Lea e Street (1998) propõem um modelo de ensino superior no qual sejam mantidas as

particularidades da instituição e do Discurso Acadêmico sem, no entanto, desconsiderar as singularidades dos alunos e sua cultura individual, linguística e histórica.

No que concerne ao termo “letramentos acadêmicos”, é possível dizer que ele se refere aos diversos letramentos que emergem do contexto acadêmico (LEA; STREET, 2006). Para Fischer (2008), respaldada pelo trabalho de Klemm (2004), o termo pode ser definido “[...] como um processo de desenvolvimento contínuo de conhecimentos sobre como interagir com as diferentes formas de textos nesse meio.” (FISCHER, 2008, p. 180). Na voz da autora (2008), ancorada na noção de Discurso de Gee (1996), para que esses conhecimentos sejam desenvolvidos, faz-se necessário que os alunos adquiram fluência em formas particulares de pensar, fazer, ler e escrever etc. próprias do domínio acadêmico, o que implica compreender que a inserção na cultura letrada da academia envolve, entre outros aspectos, o desenvolvimento de reflexões de caráter metalinguístico, no que diz respeito ao funcionamento dos gêneros discursivos, conteúdos e conceitos que compõem dada área do conhecimento. Nesse sentido, ser academicamente letrado:

[...] significa que um aprendiz tem um repertório de estratégias efetivas para compreender e usar as diferentes linguagens, especializadas e contextualizadas, no domínio acadêmico. Ainda, indica os papéis sociais (pelo menos desejáveis) de alunos e professores, as finalidades de os alunos estarem neste domínio e as relações estabelecidas com o conhecimento e com o saber. (FISCHER, 2008, p. 180-181).

Na concepção de Fischer (2008), fica claro que para o aluno se inserir no domínio acadêmico ele precisa desenvolver habilidades metalinguísticas que lhes permitam lidar com as práticas escriturais acadêmicas, bem como compreender as formas de pensar, ser e agir legitimadas nesse contexto. Com base nas considerações de Fischer (2008), neste artigo, ao nos referirmos a letramentos acadêmicos nos remetemos às práticas escriturais que são próprias do ensino superior e a uma vertente teórica específica de pesquisa, Letramentos Acadêmicos, que, conforme procuramos discutir aqui, surgiu no âmbito dos NLS.

## **Considerações finais**

Neste artigo, procuramos traçar um panorama histórico sobre o surgimento da área dos NLS e de suas pesquisas seminais. Essas pesquisas demonstram preocupações em compreender como as pessoas lidam com as demandas de escrita em diferentes comunidades discursivas e, entre outros fatores, quais são os modelos de letramento adotados para o ensino ou reflexão sobre a escrita.

Tendo em vista esses interesses, os NLS voltaram o olhar para a escrita que é praticada no ensino superior, em virtude da expansão desse nível de ensino em âmbito mundial, por entenderem o letramento como um conjunto de práticas sociais situadas e a pluralidade dos letramentos. Assim, concluímos que, no âmbito do NLS, surgiram pesquisas que focalizam o contexto acadêmico, dado que faz dessas pesquisas uma vertente teórica dos NLS, denominada de Letramentos Acadêmicos, e não uma vertente teórica independente dessa área.

Ao contextualizarmos o surgimento da vertente teórica dos Letramentos Acadêmicos, buscamos contribuir não apenas com estudos que têm como foco as práticas escriturais típicas do contexto acadêmico, mas também com pesquisas que, além de entender o letramento como prática social, conceito desenvolvido pelos estudiosos do NLS, a tomam como aporte teórico para analisar essas práticas.

## **NOTAS**

\* Eliane Feitoza Oliveira é mestre e doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduada em Letras. Atuou como professora universitária em cursos de pós-graduação e de graduação em Letras e Pedagogia da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e do Instituto Educacional de São Paulo (IESP/UNIESP). Atualmente, é docente do Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR), em Três Corações, Minas Gerais. E-mail: eli\_feitoza@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Neste trabalho, optou-se por usar a sigla em Inglês.

<sup>2</sup> Essa concepção esclarece melhor que, nas sociedades que se utilizam da linguagem escrita como forma de interação e comunicação, todo indivíduo está inserido em um meio letrado e faz uso da leitura e da escrita de acordo com suas necessidades, nem que para isso recorra ao auxílio de outras pessoas. A frequência do contato com a escrita e o tipo de texto que essa escrita constitui podem determinar o nível de letramento de cada indivíduo, conforme essa concepção de letramento.



<sup>3</sup> Durante nossa experiência como docente do curso de Letras de uma universidade privada da cidade de São Paulo, era comum ouvir dos professores que os alunos, por não terem domínio dos gêneros acadêmicos, não sabiam escrever e precisavam aprender.

<sup>4</sup> Grupo étnico que, entre outros grupos e escravos libertados dos Estados Unidos, colonizaram a Libéria. A escrita Vai foi desenvolvida por Momolu Duwalu Bukele da região de Jondu, onde atualmente é o condado de Grand Cape Mount, na Libéria. Ele é considerado, dentre o povo Vai e especialistas, o criador dessa escrita, por tê-la documentado nos anos de 1830.

## REFERÊNCIAS

BARTON, David. **Literacy**: an Introduction to the Ecology of Written Language. London: Blackwell, 1994.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. Literacy Practices. In: BARTON, David; HAMILTON, Mary; IVANIC, Roz. (Orgs.). **Situated literacies**: reading and writing in context. New York: Routledge, 2000, p. 7-15.

CANAGARAJAH, Athelstan Suresh. Contrasting literacies: appropriating academics texts. In: CANAGARAJAH, A. S. **Resisting Linguistic**: Imperialism in English Teaching. New York: Oxford University Press, p. 147-171, 1999.

FIAD, Raquel Salek. Reescrita, Dialogismo e Etnografia. **Revista Linguagem (em) Discurso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 3, p. 463-480, set./dez. 2013.

FISCHER, Adriana. Letramento Acadêmico: uma perspectiva portuguesa. **Revista Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v.30, n.2, p. 177-187, jul./dez., 2008.

GEE, James Paul. **Social linguistics and literacies**: ideology in Discourses. London, Philadelphia: The Farmer Press, 1996.

HEATH, Shirley Brice. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. **Language in society**, v. 1, n. 2, p. 46-79, 1982.

IVANIC, Roz. **Writing and identity**: the discursual construction of identity in academic writing. Amsterdam: John Benjamins, 1998.

JONES, Carys; TURNER, Joan; STREET, Brian. (Orgs.). **Students writing in the university**: cultural and epistemological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

KLEIMAN, Angela. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEMP, Donna Ogle Ron. **Building literacy in social studies**: strategies for improving comprehension and critical thinking. Association for Supervision and Curriculum Development (ASCD), 2004.

LEA, Mary; STREET, Brian. Student Writing in higher education: an academic literacies approach. In: **Studies in Higher Education**, London, v. 23, n. 2, p. 157-16, June, 1998.

LEA, Mary; STREET, Brian. The "Academic Literacies" Model: Theory and Applications. **Theory Into Practice**, College of Education and Human Ecology, The Ohio State University, v. 45 n. 4, p. 368-377, 2006.

ROSE, David *et al.* Scarffolding academic reading and writing at the Koori Centre. **The Australian Journal of Indigenous education**, vol. 32, p. 41-47, 2003.

ROJO, Roxane. **Letramentos e capacidades de leitura para a cidadania**. São Paulo: SEE: CENP, 2004.

RUSSELL, D. R.; LEA, M.; PARKER, J.; STREET, B. V.; DONAHUE, T. Exploring notions of genre in "Academic Literacies" and "Writing across the Curriculum": approaches across countries and contexts. In: BAZERMAN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Orgs.). **Genre in a Changing World**. Fort Collins: The WAC Clearinghouse; West Lafayette: Parlor, 2009, p. 395-423.

SCRIBNER, Sylvia; COLE, Michael. **The psychology of literacy**. Cambridge: Harvard University, 1981.

SOARES, Magda. **Letramento em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. London: Cambridge University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **Social literacies: critical approaches to literacy development, ethnography, and education**. London: Longman, 1995.

\_\_\_\_\_. **Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento**. Teleconferência Unesco Brasil, Letramento e diversidade, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/360336494/Abordagens-Alternativas-Ao-Letramento-e-Ao-Desenvolvimento>>. Acesso em 11 dez 2017.

STREET, Brian; LEFSTEIN, Adam. **Literacy: an advanced resource book**. London/New York: Routledge, 2007.

TERZI, Sylvia Bueno. Mudanças na concepção de escrita de jovens e adultos em processo de letramento. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 181-207, 2005.

\_\_\_\_\_. **A construção do currículo nos cursos de letramento de jovens e adultos não escolarizados**, 2006. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17084930-A-construcao-do-curriculo-nos-cursos-de-letramento-de-jovens-e-adultos-nao-escolarizados.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

TERZI, Sylvia Bueno; PONTE, Graziela Luzia. A identificação do cidadão no processo de letramento crítico. **Revista Perspectiva**, v. 24, n. 2, p. 665-686, jul./dez. 2006.

Recebido em: setembro de 2016.  
Aprovado em: abril de 2017.